

SEIS MESES DE LAMA

DESASTRE NO RIO DOCE MULTAS E INDENIZAÇÕES AINDA NÃO FORAM PAGAS

Samarco recorre de infrações e vai negociar danos morais

ELTON LYRIO
RAQUEL LOPES

Seis meses depois, os mais de R\$ 430 milhões em multas aplicadas à Samarco por causa das consequências do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, ainda não foram pagas aos órgãos que as cobraram. A empresa está recorrendo de todas elas dentro do que permite a legislação.

A tragédia que destruiu o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, deixou 19 mortos, um rastro de devastação pelo Rio Doce e gerou 27 multas para a companhia.

Somente pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) foram mais de R\$ 450 mil em multas.

Por meio de nota, o Iema informou que as penalidades foram aplicadas em função de a empresa não ter fornecido apoio necessário aos municípios e por não realizar ações de mitigação do desastre de forma satisfatória. A Samarco recorreu e a defesa está em análise conforme prevê a legislação.

Já o Ibama, órgão ambiental federal, aplicou cinco multas que somam R\$ 250



A família de Vinicius Labarchi (centro) entrou na Justiça contra a Samarco, mas ainda não foi indenizada

milhões. Segundo a assessoria, este é o valor máximo previsto na Lei de Crimes Ambientais, sem reajuste há 18 anos. A empresa apresentou recurso e os processos foram encaminhados para análise administrativa. O restante das multas foi aplicado por órgãos de Minas Gerais, incluindo uma de R\$ 112 milhões e outras 18 que somam R\$ 68,6 milhões.

A Samarco afirmou, em nota, que para todas as autuações, apresentou as devidas respostas na esfera administrativa e aguarda a avaliação dos órgãos competentes.

INDENIZAÇÕES

Também não foram pagas as indenizações por danos morais pleiteadas em ações na Justiça no Espíri-

to Santo. Só em Colatina já são mais de 9,5 mil protocoladas, segundo o coordenador das varas da cidade, Lindenberg José Nunes. “Há a perspectiva de que entrem mais mil em breve”, disse.

Entre os processos já protocolados está o da família do analista de suporte Vinicius Labarchi Gonçalves, de 26 anos. Ele, a mãe Niceia

Labarchi Gonçalves e o pai Osvaldo Gonçalves moram em uma chácara banhada pelo rio, em Barbados.

Vinicius, que sempre morou perto do Doce, diz que decidiu entrar na Justiça ao perceber a mudança de rotina que a lama causou.

Além de ter parado de consumir a água, parou também de dar para os animais da chácara. Até o

PREJUÍZO

“Não consumo a água do rio. Aqui, a gente gasta cerca de 60 litros de água mineral por semana”

VINÍCIUS GONÇALVES
ANALISTA DE SUPORTE

R\$ 431

Milhões de multas foram aplicadas à Samarco sem contar a multa diária do lema.

hobby de seu pai foi interrompido, ao deixar de pescar no Rio Doce.

Segundo o gerente-geral de Estratégia, Gestão e Informação da Samarco, Alexandre Souto, o pagamento dessas ações será negociado nas câmaras de negociações previstas no acordo de R\$ 20 bilhões entre governos e Samarco. Ele explica que a prioridade foi atender os mais atingidos (veja na página 4).

AS MULTAS APLICADAS À SAMARCO

IBAMA

▼ R\$ 250 milhões

Cinco multas de R\$ 50 milhões cada

▼ Motivos

Causar poluição hídrica resultando em risco à saúde humana; tornar áreas urbanas impróprias para ocupação; causar interrupção do abastecimento público de

água; lançar resíduos em desacordo com as exigências legais; e provocar a mortandade de animais e a perda da biodiversidade ao longo do Rio Doce.

IEMA-ES

▼ R\$ 450 mil + R\$ 50 mil por dia

Três multas, sendo duas

que somam R\$ 450 mil e uma diária, de R\$ 50 mil

▼ Motivos

Descumprimento dos 15 autos de intimação emitidos pelo órgão. As multas foram aplicadas em função de a empresa não ter fornecido apoio necessário aos municípios e por não realizar ações de mitigação do desastre de

forma satisfatória.

SEMAD-MG

▼ R\$ 112 milhões

A multa foi aplicada em novembro, após o rompimento da barragem.

▼ Motivos

A multa é pela poluição e degradação ambiental causada pelo rompimento da barragem. O documento

cita ainda os danos causados aos recursos hídricos, à saúde, à segurança e ao bem-estar da população prejudicada.

▼ Outras multas

A Secretaria aplicou 18 multas que somam mais de R\$ 68,6 milhões nos dias 9 e 15 de março por descumprimentos de solicitações e prazos

estabelecidos pela Semad, além do prejuízo e dano ambiental causado pelo rompimento da barragem.

O QUE DIZ A EMPRESA

“Para todas as autuações, a Samarco apresentou as devidas respostas na esfera administrativa e aguarda a avaliação dos órgãos competentes.”

SEIS MESES DE LAMA

DECISÃO FINAL SOBRE O NOVO BENTO RODRIGUES

Escolha do terreno para reconstrução deve ser esta semana

ELTON LYRIO
emorati@redgazeta.com.br

Moradores do distrito de Bento Rodrigues que perderam suas casas após o rompimento da barragem da Samarco devem escolher nesta semana um terreno onde o subdistrito será reconstruído. A informação é do promotor do Ministério Público de Mariana (MG), Guilherme Meneghin.

Segundo ele, após várias discussões com a comunidade chegou-se a três terrenos que podem receber o novo vilarejo. Um deles – a 4 km do local destruído – pertence a um fazendeiro, o outro que fica a 12 km da sede de Mariana da empresa Arcelor Mittal e outro é de particulares. “Faremos uma reunião com os moradores para que seja escolhido o local nesta semana”, disse o promotor.

Meneghin explicou que o local será reconstruído com o dinheiro da Samarco que está bloqueado judicialmente a pedido do MP, quantia que, segundo o promotor, é de R\$ 300 milhões.

DEFINIÇÕES

Segundo o gerente de estratégia, gestão e informação da Samarco, Alexandre Souto, está sendo definido qual será o padrão arquitetônico das construções do novo vilarejo, assim como onde ficarão o comércio, a igreja, a escola e



AGÊNCIA BRASIL

Distrito de Bento Rodrigues foi completamente devastado com o rompimento da barragem da Samarco

os demais prédios de uso público comum da localidade. Ele afirma que o dinheiro para a reconstrução está previsto no acordo entre Samarco e governos federal e estaduais.

Ainda segundo a empresa, já foram concluídos os estudos técnicos e os moradores já fizeram visitas às três opções de áreas negociadas com a própria comunidade. Após a escolha do terreno serão elaborados os projetos das construções de uso comum. Segundo o promotor, ação semelhante será feita em Paracatu, porém, ainda é preciso definir os



ARQUIVO

Em Governador Valadares, morador observa vários peixes mortos no Rio Doce

FORA DE CASA

305

famílias

ficaram desabrigadas por causa do desastre que arrasou Bento Rodrigues e arredores

terrenos que podem abrigar a nova comunidade.

OUTRAS AÇÕES

Segundo Meneghin semanas atrás foi distribuído o dinheiro doado para famílias que perderam suas casas por causa da lama. O valor é de aproximadamente R\$ 2,7 mil por família. “Não é dinheiro da Samarco, mas sim um dinheiro que veio de várias doações”, explicou o promotor de Mariana.

Ainda segundo ele, em Minas não houve tantas ações por danos morais como no Espírito Santo, especialmente devido à força da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público local.

“A empresa vem cumprindo com o que está previsto na ação. Remuneração, auxílio psicológico e antecipação de indenização para as famílias que foram atingidas que perderam tudo”, detalha Guilherme Meneghin.

Ele detalha que agora está em julgamento se a competência para tocar o processo é da Justiça Federal ou da Justiça Mineira.

Samarco: mais afetados foram prioridade

O gerente geral de gestão, estratégia e informação da Samarco, Alexandre Souto afirmou que a prioridade da empresa no Estado foi atender primeiramente às pessoas que dependem do Rio Doce para a subsistência. Por isso, até agora ainda não houve negociação das indenizações por danos morais.

“São etapas diferentes e

programas diferentes. Há no acordo um programa que tratará das indenizações a quem teve prejuízos e condições afetadas. Vai haver uma câmara de negociações. A prioridade foi ter velocidade com quem depende diretamente do rio”, explicou.

Souto detalha que as câmaras devem contar com a intermediação de algum

PRAZO

“Estamos nos organizando para que essas câmaras de negociação sejam implantadas nos próximos meses”

ALEXANDRE SOUTO
GERENTE DA SAMARCO

órgão do poder público para a negociação entre Samarco e moradores.

A Samarco segue fazendo pagamentos mensais a pessoas que têm a subsistência ligada diretamente ao Rio Doce. Segundo a empresa são 5.197 pessoas – até sexta passada – recebendo o auxílio da empresa por meio de um cartão. No Espírito Santo,

são 2.596. O valor é de um salário mínimo, acrescido de 20% por dependente, mais uma cesta básica no valor do Dieese.

“Discutimos essa questão com o Ministério Público do Trabalho. O auxílio é para quem tem subsistência atrelada ao rio, como pescadores, areeiros, lava-deiras. Isso não tem caráter indenizatório”, explica.

Já em Mariana, onde os impactos foram bem maiores, a Samarco pagou, segundo o gerente, R\$100 mil para cada família que teve vítimas, R\$ 20 mil para quem perdeu moradia e o valor do veículo para quem perdeu veículos. As famílias que perderam as casas estão todas alojadas em imóveis alugados, reformados e mobiliados pela Samarco. “Essas ações nós já vínhamos fazendo e foram incorporadas ao acordo”, explica.

SEIS MESES DE LAMA

BERNARDO COUTINHO

**Sem informação**

Romildo reclama que Mascarenhas parece ter caído no esquecimento, já que ninguém procura os pescadores para falar de análise de contaminação dos peixes.

“Os órgãos do meio ambiente viviam aqui fiscalizando a pesca, agora não vem nenhum. Tem que fiscalizar para não deixar ninguém pescar”

—
ROMILDO LOPES ROSA, pescador, 37 anos

BERNARDO COUTINHO

**Lembranças**

Irineu mostra foto de robalo de 20 kg que pescou ao lado do pai no Rio Doce, aos 12 anos. A família dele sobrevivia da pesca e agora depende do auxílio.

“Ainda tem peixe no rio, mas está tudo contaminado. Não proibiram a pesca, mas pode lotar o freezer que ninguém vai comprar”

—
IRINEU RODRIGUES, pescador, 59 anos

DÚVIDAS E ESQUECIMENTO

Pescadores de Baixo Guandu reclamam de falta de informação

/// **CARLA SÁ**

carla.sa@redgazeta.com.br

À beira do Rio Doce, em Baixo Guandu, vivem famílias com gerações e gerações de pescadores. Para essas pessoas, o rio não é só a fonte da sobrevivência, mas parte de suas vidas. Agora, seis meses após o rompimento da barragem de rejeitos, sem informação sobre a situação dos peixes e da água, eles estão se sentindo esquecidos e reclamam que muitos ainda não recebem o auxílio oferecido pela Samarco.

“Ficamos sabendo tudo pela imprensa”, diz o pescador Luciano Freire, 51 anos, sobre os resultados de análises da situação do rio. “Não sabemos nem mesmo até quando vamos receber o benefício”, completa sobre o valor de um salário mínimo, mais 20% por dependente e uma cesta básica que os profissionais que dependem do Doce estão recebendo.

Os pescadores dizem que chegavam a lucrar



BERNARDO COUTINHO

O pescador Délcio Gonçalves costuma contemplar o rio: “dá uma saudade”

R\$ 5 mil por mês com o que pegavam no rio. Para complementar a renda eles fazem bicos, mas muitos vivem com contas acumularem.

“Tem quem nunca colocou a mão no Rio Doce e está recebendo, enquanto tem gente da comunidade que precisa e não conseguiu o cartão”, destaca a pescadora Monique Rodrigues, 29

anos. Essa reclamação, por sinal, reverbera por todas as cidades margeadas pelo rio no Espírito Santo.

TRISTEZA

Desde o desastre, o pescador Délcio Gonçalves, 72, criou o costume de sentar em um banco perto de casa, que fica à beira do Rio Doce, em Mascare-

nhas, Baixo Guandu, para observar o curso da água. E se emociona.

“Todo dia venho aqui e olho. Dá uma saudade, às vezes vou até lá embaixo no rio e dou uma volta”, comenta ele, que já havia dado depoimento para A GAZETA quando o rompimento da barragem completou seu primeiro mês

dizendo que acreditava que, por sua idade, não voltaria a pescar no rio.

“Isso foi o fim do mundo para nós, uma tragédia incalculável o que a Samarco fez com a gente. O que receber de indenização não paga”, lamenta.

Sobre o futuro? “É esperar com paciência para ver.”

SAMARCO

A Samarco informou que no Espírito Santo 2.596 pessoas receberam o cartão do auxílio e que as denúncias de pagamento indevido “estão sendo cheçadas”.

O pagamento do benefício – que inicialmente era só até este mês – será mantido conforme previsto em acordo com os governos do Espírito Santo, de Minas Gerais e Federal, mas a empresa não informou até quando.

➤ **LEIA AMANHÃ** a série “Seis meses de lama” com informações de Colatina.

Prefeitura aguarda recursos

/// Para evitar que a cidade ficasse sem água potável, a Prefeitura de Baixo Guandu providenciou uma captação provisória do Rio Guandu e que dura até hoje.

“Temos o projeto, mas o custo disso está acima da nossa capacidade”, explica o prefeito Neto Barros. É preciso fazer o barramento, a tubulação de captação e ampliar o reservatório de tratamento. Junto a isso, Barros espera conseguir garantir o esgotamento sanitário. Tudo custaria R\$ 30 milhões.

Para custear as obras, o município aguarda a homologação do acordo de recuperação do Doce, de R\$ 20 bilhões, entre a Samarco e os governos do Espírito Santo, Minas Gerais e federal.

HISTÓRICO DO DESASTRE: BAIXO GUANDU

▼ **“Tabela periódica”**

Ao apresentar análise da água do Doce, Neto Barros disse que nela foi encontrada a “tabela periódica”, de tantos elementos químicos.



▼ **Rio destruído**

Centenas de peixes e camarões foram mortos após a chegada dos rejeitos da lama no Rio Doce em Baixo Guandu.



▼ **Ferrovia bloqueada**

A Estrada de Ferro Vitória-Minas foi bloqueada por ordem do prefeito Neto Barros. Seis tratores fecharam a linha férrea.



▼ **Prejuízos**

Lama impede que sistemas de irrigação funcionem, e produções de café, milho, tomate e banana acabam sendo prejudicadas.

